

AGAMBEN, GIORGIO. *O REINO E A GLÓRIA:*  
UMA GENEALOGIA TEOLÓGICA DA ECONOMIA  
E DO GOVERNO. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2011, 326 PP.

Caetano Sordi<sup>1</sup>

O lançamento em português de *O Reino e a Glória*, de Giorgio Agamben, quatro anos depois do original em italiano (2007), significa uma bem-vinda novidade para aqueles que pesquisam o fenômeno da secularização e as relações entre política e sacralidade nas humanidades em geral. Seguindo a trilha de estudos genealógicos sobre o poder moderno aberta por seus trabalhos anteriores, como *Homo Sacer* (2002), Agamben desloca agora o foco de análise para os primeiros séculos da teologia cristã, e explora como a consolidação paulina e patrística da comunidade messiânica nos termos helênicos de uma “economia”, e não de uma “política”, acabou por determinar uma série de transmutações conceituais fundamentais no conceito de governo. Estas transformações, por sua vez, teriam fornecido a base teológica oculta do paradigma do poder moderno como “gestão de coisas e pessoas” ou “governamentalidade”, conceito apropriado desde a basilar obra de Michel Foucault, autor ao qual Agamben alega se vincular.

Seguindo a interpretação de Negri (2008), é possível se identificar no ensaio duas investigações autônomas e complementares: a primeira, concernente ao “Reino”, assinalaria a conclusão do grande projeto lançado pelo jurista alemão Carl Schmitt de redução analítica das categorias políticas modernas a dimensões da teologia política, procurando escrutinar, nos diferentes conceitos que compõem a contemporânea doutrina do Estado [*Staatslehre*], indícios estruturais e inequívocos de suas raízes teológicas. A segunda investigação, concernente à “Glória”, seria uma análise da construção histórico-intelectual da ideia de consenso no Estado moderno,

---

<sup>1</sup> Filósofo (PUCRS), Mestre e Doutorando em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS).  
Email: caetano.sordi@gmail.com

dimensão que Agamben trata nos termos de uma história das formas de sacralidade e aclamação.

Mais do que isto, *O Reino e a Glória* é uma impressionante crítica arqueológica do poder moderno, que depõe com justeza a respeito da profunda erudição e minúcia analítica de seu autor, o qual transita com naturalidade e conhecimento de causa entre tradições e escolas de pensamento diferentes, produzindo um excelente material de referência para distintas pesquisas e inquirições. Em relação ao “Reino”, Agamben reconstrói a maneira através da qual o conceito de *oikonomia* trasladou-se do seu sentido original na filosofia grega como “ciência da administração doméstica” para uma concepção teológica forte de economia como governo ou administração divina do mundo, tendo em vista a consumação de um projeto salvífico-escatológico de redenção do mesmo. Nos escritos de teólogos como Hipólito, Tertuliano e Gregório de Nazianza, Agamben consegue identificar de que maneira o conceito de “economia” foi paulatinamente sendo conjugado com aquele de “providência”, de modo a fornecer ao governo da realidade um modelo segundo o qual Deus “governa tudo irresistivelmente, mas com brandura e sem violência, *de modo que o homem crê seguir sua vontade enquanto executa a de Deus*” (Leibniz, *apud* Agamben, 2011, p. 8); em outras palavras, erige-se um modelo segundo o qual o soberano governa desde uma solidariedade sutil e imperceptível com o livre-arbítrio das criaturas, de modo a governá-las como se elas governassem a si mesmas.

As afinidades estruturais deste modelo providencial com aquilo que Foucault chamou de “governamentalidade” – o poder de produzir sujeitos governáveis<sup>2</sup> a partir de uma captura de sua subjetividade – são evidentes. O que Agamben logra realizar em *O Reino e a Glória* é traduzir estas afinidades estruturais nos termos de uma concisa história das ideias, pois articula,

---

<sup>2</sup> De acordo com Shore e Whright (1997), Governance is ‘more or less methodical and rationally reflected “way of doing things”, or “art”, for acting on the actions of individuals, taken either singly or collectively, so as to shape, guide, correct and modify the ways they conduct themselves’. In both this senses, governance is understood as a type of power which both acts *on* and *through* the agency and subjectivity of individuals as ethically free and rational subjects (p. 6).

diacronicamente, aquilo que se impõe como semelhança, sincronicamente, no plano conceitual.

Tão ou mais interessante que sua análise propriamente dita, é o uso que propõe do termo “assinatura” para se referir às modalidades de secularização que seu estudo escrutina. De acordo com o autor, “as assinaturas transferem e deslocam os conceitos e os signos de uma esfera para outra [neste caso, do sagrado para o profano, e vice-versa], sem redefini-los semanticamente” (Agamben, 2011, p. 16). Deste modo, uma assinatura seria algo que, em um signo ou conceito, “marca-os e excede-os para remetê-los a determinada interpretação ou determinado âmbito, sem sair, porém, do semiótico, para constituir um novo significado ou um novo conceito” (*Idem*).

Uma ciência das assinaturas, segundo o autor, corre paralelamente à história dos conceitos e das ideias, mas não deve ser confundida com ela. Trata-se menos de um inventário dos distintos significados adotados por um termo ao longo da sua história intelectual e muito mais de uma perscrutação “arqueológica” ou “geológica” de suas camadas de sentido ocultadas, de modo a reconstituir a trajetória de sua transposição, como conceito, de um plano ou universo semântico a outro.

Desta maneira, o fenômeno da secularização não reluz para Agamben no sentido lato de um desaparecimento ou enfraquecimento da dimensão religiosa no mundo moderno. Ao contrário, na esteira de Carl Schmitt, o que propõe Agamben é menos uma acepção da secularização calcada nos indícios da desteologização do mundo na modernidade, e mais uma teoria que pretende investigar como a própria teologia, ao longo da modernidade, fez-se “secular” no sentido original da palavra, isto é, abandonou o campo meramente religioso para imiscuir-se no mundo, e notadamente no mundo político. Assim, citando Catroga, esta seria uma investigação pautada pela secularização como:

[...] uma *transferência* do conteúdo, dos esquemas e dos modelos elaborados no campo religioso, para o campo profano, o que acaba por relativizar a novidade radical dos tempos modernos, assim reduzidos à condição de herdeiros, não obstante todas as suas ilusões de auto-fundação (2006, p. 17).

Logo, a ideia de uma teologia política para explicar o moderno, neste contexto de investigação, faz-se bastante pertinente, já que, a se julgar pelas impressionantes conclusões do seu trabalho, estruturas originalmente teológicas parecem animar o mecanismo básico da política moderna, à revelia da “carapaça de ferro” [*eiserne Gehäuse*] (Weber, 2004) naturalista e liberal que ela passou a assumir desde a separação formal entre religião e política.

Por exemplo: a distinção entre *ordenatio* e *executio*, hoje declinada em pares complementares modernos como lei e polícia, poder constituinte e poder constituído, rei e ministro, Estado e governo, remonta, segundo Agamben, à distinção teológica entre uma providência “geral” e outra “especial”, isto é, uma providência identificada com o funcionamento do mundo em suas linhas estruturais (*ordenatio*) e outra identificada com um governo do mundo desde a imanência de suas contingências (*executio*), de modo a configurar uma “máquina bipolar” (Agamben, 2011) da soberania que se articula em dois níveis distintos, capaz de assegurar tanto a autonomia e o afastamento de Deus perante o mundo quanto a possibilidade de intervir providencialmente nele. Em analogia, a distinção moderna entre Estado e governo reproduz a estrutura desta “máquina bipolar”, de modo que o governo – aqui entendido como estrutura burocrática de administração estatal – jamais se identifica plenamente com o Estado da qual é vicário, assim como a pessoa do Filho jamais se identifica plenamente com a pessoa do Pai na economia trinitária (figura teológica por excelência da máquina bipolar).

Este ânimo teológico das modernas modalidades políticas é exemplarmente analisado por Agamben na parte do seu livro dedicada ao exame da “Glória”, na qual a liturgia da aclamação divina reluz como modelo paradigmático para se pensar a adesão dos indivíduos aos consensos produzidos pela ordem democrática através do fenômeno da opinião pública. Em sua análise da aclamação como sacralização, Agamben consegue captar em que medida a produção de consensos na modernidade ocidental pode ser pensada à luz de uma história das “metamorfoses da sacralização” (Critchley, 2012), em que os meios de comunicação de massa e a publicidade, hoje, teriam papel central.

Evocando os trabalhos de teólogos como Hans Urs von Balthasar, Agamben relembra o papel exercido pelo protestantismo como vetor de circunscrição da religião aos limites da privacidade e da moralidade no ocidente moderno (circunscrição esta que atinge em Kant, através de sua obra *A religião nos limites estritos da razão* (1793 [2006]), seu ponto culminante). A partir do momento em que a religião passa a recolher-se para a “cidadela interior” da privacidade e da consciência individual, ela também passa a abdicar de seus aspectos estéticos e conspícuos, de modo que o âmbito da “Glória”, tão presente nas cerimônias públicas católicas e ortodoxas, passa a ser transposto para outra dimensão da vida social.

O nascente Estado moderno, que substitui a universalidade da comunidade cristã – personificada na comunhão medieval entre Igreja e Império – pela individualidade do soberano político, é o primeiro candidato a preencher a lacuna de transcendência deixada pela desestetização da religião. Desta maneira, as modalidades de legitimação da soberania através da aclamação pública acabam sendo transpostas para o âmbito secular, o que dá origem aos fenômenos modernos de “religiosidade civil” emblematicamente analisados por Catroga (2006) e outros autores.

Para Agamben, nas democracias modernas, tal glorificação permaneceria ativa, mas de maneira mais sutil e indireta. Por trás da teoria de legitimação do poder político através do sufrágio individual, universal e secreto, operaria uma verdadeira máquina de produção de consensos e aclamação glorificante, assentada agora nos mecanismos de produção e disseminação da “opinião pública”.

Neste sentido, Agamben se aproxima também de Žižek (2011) e sua contumaz crítica ao “novo espírito do capitalismo” como teologicamente animado, isto é, calcado sobre a crença providencial numa “mão invisível” do mercado que governaria imanentemente as relações humanas em suas operações mundanas; uma imagem bastante próxima, portanto, da ideia de um Deus que governa as criaturas com brandura e sem violência, como se elas governassem a si próprias.

Seguindo a genealogia proposta por Agamben, o princípio segundo o qual o governo do mundo se encerra no momento do Juízo Final possui uma única e importante exceção na teologia cristã: o inferno. Após a consu-

mação dos séculos, se os anjos abandonam seus ministérios e hierarquias para glorificar a quietude do Reino, os demônios permanecem aplicando eternamente suas penas sobre os ímpios e os condenados. “O inferno é, assim, o lugar onde o governo do mundo sobrevive para sempre, ainda que de forma puramente penitenciária” (Agamben, 2011, p. 182). Para o autor,

[...] o paradigma cristão do governo, assim como a visão da história que lhe é solidária, dura da criação ao fim do mundo. A concepção moderna da história, que retoma em muitos aspectos – sem se dar plenamente conta do que ela implica – o modelo teológico, encontra-se, por isso mesmo, em uma situação contraditória. De um lado, abole a escatologia e prolonga ao infinito a história e o governo do mundo; de outro, vê reflorescer incessantemente o caráter finito do próprio paradigma (*Idem*, p. 181).

Deste ponto de vista, o paradigma da política moderna é rigorosamente infernal. Ou seja, a quase impossibilidade de se desvencilhar das armadilhas da governamentalidade, algo já previsto por Foucault, expõe aqui algumas das suas raízes teológicas. As escatologias políticas secularizadas fracassam uma atrás da outra, restando como possibilidade ou a perenização do governo, ou o advento sempre renovado de novas promessas de salvação, fadadas por sua vez à decadência e à superação por novas forças revolucionárias (Benjamin, 1989, p. 202). Há, contudo, a ideologia neoliberal, a qual, de maneira muito mais eficaz que todas as outras utopias, conseguiu impor-se em muitos âmbitos do pensamento contemporâneo como essencialmente não-utópica. Assim, o diferencial problemático do neoliberalismo em relação às suas ideologias irmãs do comunismo, do socialismo e até mesmo do totalitarismo, é o fato dele argumentar, carregado de certa *hybris* imodesta, que o “fim da história” (Fukuyama, 1992) já chegou, que o “Reino” já está aí, que toda atividade governamental cessou e que agora só nos resta fruir da contemplação de um grande *eschaton* dominado pelo deus-dinheiro, cuja glória seria cantada através dos hinos da publicidade e do consumo.

Uma das críticas que poderiam ser feitas ao projeto de Agamben é o fato de sua investigação pavimentar-se quase que exclusivamente sobre “posições-tipo” weberianas, isto é, imagens ideais das escolas de pensamento (e mesmo

das próprias decorrências heurísticas dos conceitos destas) que captura para escrutínio em sua genealogia. Assim, há de se argumentar que, embora os conceitos modernos de “governo” e “economia” possam beber de fontes como a teologia dos primeiros padres, isso não significa necessariamente que as consequências modernas da aplicação prática destes conceitos, sobretudo em âmbito político, já pudessem ser antevistas na obra destes filósofos. Agir desta forma seria tão absurdo quanto responsabilizar Paulo ou Tertuliano pelas consequências nefastas da governamentalidade moderna (como Guantánamo ou o Holocausto, por exemplo), ainda que a governamentalidade moderna possa ser um produto contingente, uma consequência não-intencional, das formulações “econômicas” destes primeiros teólogos.

Por fim, é importante destacar que sua pesquisa guarda alguma semelhança estrutural com o tipo de investigação histórico-conceitual, fundadora da antropologia, realizada por Mauss (2003) em seus célebres ensaios sobre “a história social das categorias do espírito humano” (*Idem*, p. 369), além de uma profunda afinidade com as pesquisas sobre o advento da “ideologia moderna” realizadas por Dumont (1985). *O Reino e a Glória* é, sobretudo, um trabalho de fôlego, cuja leitura, por vezes, parece desviar o leitor do foco original. O traço de continuidade argumentativa, no entanto, é rapidamente resgatado por Agamben, de modo que também é uma leitura pontuada por interessantes e reveladores *insights*.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

BENJAMIN, Walter. “Zur Kritik der Gewalt”. In: *Gesammelte Schriften*, II, I. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.

CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2006.

CRITCHLEY, Simon. *The faith of the faithless: experiments in Political Theology*. New York/London: Verso, 2012.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

KANT, Immanuel. *A religião nos limites estritos da razão*. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NEGRI, Antonio. "Sovereignty: that divine ministry of the affairs of earthly life" In: *Journal of Cultural and Religious Theory*, v. 9, n. 1, 2008; pp. 96-100.

SHORE, N.; WRIGHT, S. "Policy: a new field of Anthropology" In.: \_\_\_\_\_. *Anthropology of policy: critical perspectives on governance and power*. Londres: Routledge, 1997.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.